

PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício n. 2.248/2016/SGM, do Senhor Deputado Estadual Adalclever Lopes, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Encaminhamento de cópia das notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e do Requerimento n. 5.706/2016. Manifestação contrária à Proposta de Emenda à Constituição n. 241/2016.
Em 06/12/2016.

Encaminhe-se, por cópia, à Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Publique-se. Oficie-se. Arquive-se.



RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. 2.248/2016/SGM

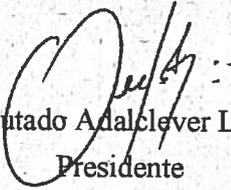
Belo Horizonte, 7 de novembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor:

Encaminho a V. Exa. cópia do **Requerimento nº 5.706/2016** e das notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária da **Comissão de Direitos Humanos**.

Peço-lhe a gentileza de mencionar, em sua resposta, o número deste ofício.

Atenciosamente,


Deputado Adalclever Lopes
Presidente

Exmo. Sr.
Deputado Federal Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Secretaria-Geral da Mesa SERVO 24/NOV/2016 09:32
Fonte: *Adalclever Lopes* Origen: *OKB/RES*
PRESID. CAMARA 23-NOV-2016 18:58 012064

C = 209648

Rm 6253/136

PRESTO, CAMERA 25/NOV/2016 18:56 01/2065

P. 8

J
M

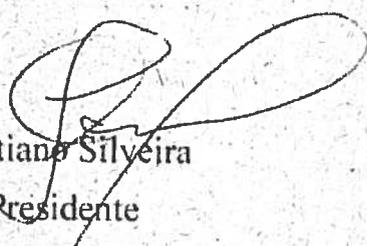
REQUERIMENTO 5.706/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Rogério Correia e da deputada Marília Campos aprovado na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 6/10/2016, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado às presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos líderes de bancadas pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 22/9/2016, para encaminharem pela rejeição a votação da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 241/2016, haja vista a vedação ao retrocesso de direitos fundamentais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos de 22/09/2016, que teve por finalidade debater a proposta de redução de gastos públicos com educação no Brasil, o que ofende o princípio constitucional da vedação ao retrocesso de direitos fundamentais.

Sala das Reuniões, 6 de outubro de 2016.


Cristiano Silveira
Presidente

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Direitos Humanos**

Local: **Auditório**

Município:

Data: **22/9/2016**

Horário: **14h30min**

Folhas: **59**

Duração: **2h30min**

Presidente: **Deputado Rogério Correia**

Deputados: **Deputada Marília Campos**

Convidados: **Deputado federal Patrus Ananias
Sra. Beatriz da Silva Cerqueira
Sr. Roberto Franklin de Leão
Sra. Cristina del Papa
Sr. Frederico Luiz Barbosa de Melo
Sra. Júlia Louzada de Souza
Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Sr. Renato Almeida de Barros
Sr. Lindolfo Fernandes de Castro**

O **presidente** (deputado Rogério Correia) - Há número regimental. Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura. Solicito aos deputados que registrem presença nos postos de habilitação.

Nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispense a leitura da ata da reunião anterior, dou-a por aprovada e solicito aos deputados que a subscrevam.

A presidência vai suspender a reunião para aguardar a chegada dos convidados. Estão suspensos os trabalhos.

- Suspende-se a reunião.

O **presidente** - Estão reabertos os trabalhos. Boa tarde a todos e a todas. Vamos iniciar a nossa reunião. Fiz a abertura lá dentro. Vamos aguardar também a TV Assembleia, porque a audiência será transmitida ao vivo, há problemas técnicos. (- Manifestação na plateia.) A TV Assembleia está com problemas técnicos, mas não vamos deixar de transmitir esta audiência para todo o Estado. Vamos esperar um pouquinho. O pessoal está querendo tirar o Temer, então aguardar o sinal da TV Assembleia é moleza.

No início da manhã, um estudante foi detido. Ele está com advogado, o Dr. Vladimir, da Defensoria Pública. Assim que for liberado, informarei a vocês. Se alguém tiver o contato dos pais do rapaz, pode passá-lo para a Mesa. Se o pessoal que estava com ele tiver o telefone, pode repassá-lo, porque avisaremos aos pais, mas está tudo bem lá. Fora, Temer! (- Manifestação na plateia.)

Vamos iniciar a nossa reunião. Peço que façam silêncio, para ouvirmos com mais calma os expositores. Primeiramente... (- Manifestação na plateia.) Como estamos em Minas Gerais, em segundo lugar... (- Manifestação da plateia.) Aécio.

Vamos passar à 1ª Fase da 3ª Parte da reunião, que corresponde à audiência pública. Justifico a ausência do deputado Cristiano Silveira, presidente desta comissão, que também é autor do requerimento, que foi subscrito por mim, pela deputada Marília Campos e por ele. Agradeço ao deputado Cristiano Silveira a marcação desta reunião com urgência, conforme havíamos solicitado.

Vou convidar para compor a Mesa Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT-Minas; deputada Marília Campos; Roberto Franklin de Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE; Cristina del Papa, coordenadora-geral do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino Superior - Sindifes; Frederico Luiz Barbosa de Melo, economista e assessor da Subseção do Dieese na CUT-Minas; Júlia Louzada de Souza, membro do Levante Popular da Juventude e da direção da União Nacional dos Estudantes - UNE -, ainda na legalidade; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais; Patrus Ananias, deputado federal e ex-prefeito de Belo Horizonte.

Vou passar a palavra aos convidados. Solicito que a Bia coordene uma ordem para chamarmos os companheiros e defina um

tempo para as intervenções de cada um, a fim de organizarmos a reunião. Agradeço a presença de todos e de todas.

Esta reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater a proposta de redução de gastos públicos com educação no Brasil, o que ofende o princípio constitucional da vedação ao retrocesso de direitos fundamentais, e também a redução de verbas por meio da PEC nº 241, relativa a saúde e a assistência social, ou seja, debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que está no Congresso Nacional para ser votada.

Peço-lhes desculpas porque a nossa intenção era, em primeiro lugar, realizar esta audiência lá embaixo, no Plenarinho, mas lá cabem somente 50, 60 companheiros e companheiras. É muito pequeno para o tamanho da revolta e da luta que estamos por fazer. (- Palmas.) Certamente não caberíamos lá, porque hoje é um dia de paralisação de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil inteiro, para repudiar o golpe que vivemos no País e, ao mesmo tempo, reivindicar, lutar para que nenhum direito seja subtraído dos trabalhadores e trabalhadoras. Depois, demoramos um pouco mais - gostaria de justificar -, porque a nossa ideia era realizar esta reunião no Plenário da Assembleia. Afinal de contas, esta Casa é nossa, é do povo, então queríamos fazer a audiência no Plenário. Infelizmente, eu e a deputada Marília Campos não conseguimos autorização para fazer a reunião lá, diferentemente da reunião que houve aqui outro dia. Não sei se o pessoal tem imagem, mas vieram aqui os membros da Fiemg, das indústrias, foram recebidos com pão

Código do documento: 1181788

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura

22/9/2016 - 14h30min

Pág. 5

dé queijo e cafezinho no 23º andar. (- Manifestação da plateia.)
Foram convidados pelo deputado presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e também estava lá o deputado João Leite. (- Manifestação na plateia.) Como era algo mais chique, foram recebidos com cafezinho e pão de queijo, todos ao redor da mesa. A pauta era flexibilização dos direitos trabalhistas. Está aqui, Patrus, veja se consegue ver aqui a mesa repleta de pão de queijo e cafezinho. Vai colocar lá? Então faça isso, para que todos vejam como estava bonito lá. Como somos de luta, vamos realizar a reunião aqui mesmo. É bom, porque toda a população de Belo Horizonte poderá nos ver. (- Manifestação na plateia.) Então, lá teve cafezinho e pão de queijo.

Ao contrário, eu e a Marília não conseguimos autorização para fazer a audiência no Plenário, e vocês devem estar imaginando por que isso aconteceu. Infelizmente, o Parlamento brasileiro - e não somente a maioria da Câmara Federal e do Senado - faz parte do golpe, que é parlamentar, jurídico e midiático. Fazem parte dele o Moro, o Dr. Janot, o Parlamento brasileiro, a Rede Globo de Televisão, que, aliás, não está aqui. (+ Manifestação na plateia.) O golpe não era para acabar com a corrupção, porque lá estão corruptos temerosos. Estão impunes, enquanto perseguem pessoas honestas que fizeram muito pelo Brasil, como o presidente Lula, que está sofrendo perseguição por parte da Polícia Federal, do Ministério Público, do STF acovardado e de covardes que não têm coragem de colocar na pauta a defesa da democracia no Brasil, mas

deixam que pessoas como Cunha e Temer roubem o nosso voto, como tem acontecido no País.

A nossa luta contra esse golpe é para defender direitos dos trabalhadores e a liberdade. Quando se retira a liberdade, fica mais fácil subtraírem-se direitos. Como estão retirando a liberdade do povo - e passo a passo vão avançando nisso -, não tenham ilusões: o golpe veio para ser mais longo e só há uma forma de não permitir que direitos sejam subtraídos.

É a forma popular, é a mobilização social, é o caminho da greve geral, é o caminho das ruas, manifestações e passeatas, é o caminho da unidade dos trabalhadores, das trabalhadoras, da juventude, dos negros, das negras, das centrais sindicais e dos sindicatos. Essa é a única forma de garantirmos os nossos direitos.

Hoje discutiremos a PEC nº 241, talvez um dos atos mais covardes que estão sendo pautados na Câmara Federal. O Patrão nos explicará melhor a emenda que está estudando de perto. Ela tira o direito de o povo ter acesso a educação, a saúde, a assistência social e a dignidade; ela retira dos trabalhadores, das trabalhadoras e do povo exatamente aquilo que conquistamos em 1988. A deputada Marília Campos também esteve naquela luta, com as centrais sindicais. Conseguimos na Constituinte o vínculo das verbas de saúde e educação e, assim, pudemos avançar. Agora eles querem que o País retroceda à situação que havia antes da Constituição de 1988, e vão congelar por 20 anos o acesso a educação pública e a saúde pública. Isso é um absurdo.

Essa maldade está na proposta da PEC. Há ainda outras maldades que são retiradas, dia a dia, do saco do governo Temer, que está inflado de maldades que por lá transitam, como, por exemplo, a aposentadoria aos 65 anos, o fim da aposentadoria especial para os profissionais da área de educação, o fim da vinculação do salário mínimo ao salário da aposentadoria e várias outras. Eles ainda querem mexer na CLT e terceirizar tudo e todos, privatizando, aliás, o sistema de saúde e educação. Enfim, as maldades contra os trabalhadores são grandes.

O golpe foi também do capital financeiro internacional. Foi preciso que ele acontecesse rapidamente, para entregarem a Petrobras e não darem chance ao Brasil de se livrar da crise econômica mundial de forma própria. Eles querem atrelar novamente o País aos interesses do Fundo Monetário Internacional, do qual costumamos a ficar livres. Esse é o golpe dos grandes empresários e, em especial, do capital financeiro internacional, dos banqueiros internacionais, que estão em conluio com o grande capital brasileiro, fundamentalmente os grandes banqueiros paulistas. O golpe é para as pessoas bem recebidas no Parlamento e no palácio golpista do Temer, então cabe a nós a função de novamente irmos para as ruas e reconquistarmos o governo e a democracia.

Muito obrigado pela presença de todos e todas. A nossa luta garantirá o nosso futuro. (- Palmas.)

Quero convidar para também compor a Mesa o companheiro Renato Barros. (- Manifestação na plateia.) Obrigado. Está muito bonito.

Antes de passar a palavra aos convidados externos, ouviremos a deputada Marília Campos, também autora do requerimento. Ela fará uma saudação a vocês.

A deputada Marília Campos - Boa tarde, companheiras e companheiros. Quero cumprimentar todos os convidados e convidadas presentes nesta audiência pública e todos os trabalhadores e trabalhadoras que hoje fizeram greve. Estivemos na porta da Petrobras e da Cemig e marchamos pela cidade. Neste grande encontro, discutiremos a PEC nº 241, mas o mais importante é deixarmos o recado de que os trabalhadores e as trabalhadoras do País continuarão resistindo ao golpe político. Resistiremos para que não ocorra o golpe social que querem dar na classe trabalhadora. Sabemos que eles querem retirar conquistas dos trabalhadores da ativa, retirar conquistas dos trabalhadores aposentados e retirar conquistas das políticas sociais na educação, na saúde e na assistência social. Haverá um verdadeiro desmonte do estado e do bem-estar social do País. Por essa razão, devemos preparar a greve geral no País e continuarmos firmes na nossa luta, companheiros e companheiras. Fora, Temer! (- Manifestação na plateia.)

O presidente - Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Muito bem, deputada Marília Campos. V. Exa. sempre foi uma guerreira. V. Exa. também foi presidente do Sindicato dos Bancários, esteve na direção da CUT e hoje é uma guerreira no Parlamento. Precisamos deste espaço. V. Exa. também foi prefeita de Contagem. Hoje precisamos deste espaço para estarmos com vocês,
Código do documento: 1181788

a fim de organizarmos e darmos eco à força e à luta. Esse é o papel do parlamentar.

Antes de dar a palavra ao primeiro convidado que se manifestará, quero registrar que esta é a maior audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa. (- Manifestação na plateia.) Não adianta não deixarem que a realizemos lá dentro, pois a faremos aqui fora e mostraremos ao público que esta será a maior audiência realizada pela Assembleia Legislativa.

Com a palavra, o Sr. Frederico Luiz Barbosa de Melo, economista e assessor da Subseção do Dieese na CUT-Minas. Serão 10 minutos.

O Sr. Frederico Luiz Barbosa de Melo - Quero iniciar as minhas palavras cumprimentando a Mesa, o deputado Rogério Correia, a deputada Marília Campos, as grandes lideranças sindicais e políticas e todas e todos presentes. As pessoas me solicitaram que eu fizesse uma exposição sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 241. Então, farei uma apresentação sobre a PEC nº 241, o diagnóstico que a embasa e o que ela significa para a vida concreta das pessoas. Depois farei uma avaliação final sobre ela.

Apresentar uma proposta de emenda à Constituição significa propor uma mudança na Constituição. Nesse caso específico, estão propondo a criação de um teto para a variação das despesas primárias da União. As despesas primárias da União são com as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência e investimentos; ficará de fora a despesa com juros. Ou seja, para a despesa com juros não haverá teto estabelecido.

Código do documento: 1181788

Então, o teto será para as despesas primárias e as políticas públicas, em termos reais, ficarão congeladas por 20 anos; apenas serão reajustadas de acordo com a inflação. Em termos reais, o que se gasta com o conjunto das políticas públicas terá o mesmo valor por 20 anos. Além disso, estabeleceram que, a partir do décimo ano, o Poder Executivo, o presidente, poderá enviar um projeto ao Congresso pedindo alteração na fixação desse teto da variação da receita. Ou seja, a mudança apenas poderá ocorrer no mecanismo do reajuste da despesa e o presidente da República é que terá a iniciativa de propô-la.

Um detalhe tem ficado um pouco à parte dessa discussão. Eles também desvinculam os gastos com educação e saúde das receitas nos três níveis da Federação, União, estados e municípios. Hoje tanto a União quanto estados e municípios devem gastar um determinado percentual da sua arrecadação com saúde e educação; no mínimo, eles devem gastar um determinado percentual com essas duas políticas. Eles estão acabando com essa vinculação pelo prazo de 20 anos. É bom lembrar que a vinculação foi uma conquista do movimento sindical e do movimento popular para garantir que essas políticas não ficassem à mercê de interesses de um ou outro governante ou do conjunto dos deputados e senadores. O diagnóstico feito por eles para propor a PEC nº 241 é o desajuste fiscal do Brasil. Ou seja, o Brasil arrecada menos do que gasta e, por isso, há um desequilíbrio. Eles precisam, então, reequilibrar o País. Esse desequilíbrio se deve a um crescimento expressivo das despesas. Por fim, alegam que a Constituição é a culpada pelo

Código do documento: 1181788

crescimento das despesas, pelo desajuste fiscal e pelo enrijecimento e pela dificuldade da gestão da arrecadação. No nosso entender, esse diagnóstico é todo equivocados. Para nós, o grande problema do Brasil não é o desajuste fiscal, mas a desigualdade social, a desigualdade de renda, a vulnerabilidade e a pobreza. Esse é o problema do Brasil. (- Palmas.)

O segundo problema no diagnóstico feito por eles é que o desajuste não foi causado pelo crescimento da despesa, mas pela queda da receita, em função da recessão econômica. A receita caiu, e há um ponto importante: falam que a Constituição Federal enrijece e dificulta a gestão pública, porque cria as vinculações. Por exemplo, temos a vinculação do salário-mínimo com a previdência e a assistência. Eles, então, criarão outra forma de enrijecimento da Constituição, que será contra as políticas públicas para a população brasileira, ao impor o teto para variação das despesas primárias. Eles enrijecerão a Constituição e a deixarão contra os direitos da população.

Por fim, esse diagnóstico não fala nada sobre a questão da dívida pública e do pagamento de juros, que é um grande mecanismo de concentração de renda no País. Por meio da dívida pública, todos nós que pagamos impostos damos dinheiro ao Estado, que o repassa em boa parte às pessoas mais ricas do País e aos investidores internacionais. Tenho dito que a PEC nº 241 é a mãe de todas as reformas. Por que ela é a mãe de todas as reformas? Porque, caso a PEC nº 241 seja aprovada, as outras reformas serão quase uma consequência natural a ser levada à frente no Congresso

Código do documento: 1181788

Nacional. Por quê? Porque as despesas com previdência tendem a crescer naturalmente, em razão de as pessoas se aposentarem. As despesas com a previdência crescerão, apesar de ocorrer a reforma da Previdência. Os gastos previdenciários tendem a crescer. Como haverá teto para o conjunto das despesas, o gasto com educação e saúde diminuirá a fim de acomodar o crescimento dos gastos com a Previdência. Se a PEC nº 241 for aprovada, haverá o congelamento das despesas por 20 anos. Então, teremos a reforma da Previdência, a reforma da saúde, a reforma da educação, a reforma da assistência, e assim por diante. Haverá o congelamento por 20 anos, e a população é a pressão por melhoras nas políticas públicas continuarão crescendo, mas não serão atendidas porque existe o teto estabelecido. Então haverá uma briga no nosso campo. Os segmentos interessados nas políticas de educação entrarão na disputa com os da previdência, que também competirão com os da assistência, que da mesma forma brigarão com os da saúde. Ou seja, brigaremos entre nós para garantir mais recursos nesse teto que vigorará por 20 anos. Além disso, haverá briga, por exemplo, na saúde, no que diz respeito a pagamento de salários, gastos com pessoal, investimentos em postos de saúde e medicamentos, e assim por diante. Ou seja, eles jogarão a briga para o campo dos defensores das políticas públicas.

A aprovação da PEC nº 241 tem uma sutileza, uma crueldade: a população não consegue enxergar o que ela significará na sua vida concreta, na sua vida real. Ou seja, ao se fixar esse teto para vigorar por 20 anos, estão ameaçados os postos de saúde, Código do documento: 1181788

o Pronatec, o Fies, a previdência, e assim por diante. Quer dizer, há uma sutileza na PEC que torna difícil mobilizarmos o conjunto da população brasileira para barrar a sua aprovação.

Bom, agora há uma avaliação final sobre a PEC. Há uma frase que guia, que orienta esse governo que assumiu dessa forma, sem passar pelo voto popular e sem que fosse aprovada ou apreciada em uma eleição essa plataforma de ataque ao conjunto dos direitos sociais. Esse governo é orientado por uma frase elaborada por alguns economistas, que é a seguinte: a Constituição não cabe no orçamento. Essa frase significa que a Constituição Federal de 1988 deu muitos direitos à população, mas que, em consequência, é necessário reformá-la, para cortarmos esses direitos.

Com base em um problema conjuntural, que é o problema do desajuste fiscal - que é conjuntural porque, se o crescimento econômico voltar, a arrecadação voltará a subir e o desequilíbrio fiscal será zerado ou superado -, eles propuseram uma solução estrutural, a longo prazo, que vai contra a população e as políticas públicas. Ao mesmo tempo, eles não preveem nada para modificar a administração da dívida pública, sendo que a amortização e os juros consomem 45% do orçamento da União. Eles não propõem nada para mexer na dívida pública e no pagamento dos juros. Na verdade, a PEC nº 241 é a revisão, a reversão do pacto social que a população brasileira construiu com a Constituição de 1988, ao término da ditadura civil e militar. Eles querem rever o que foi acertado com a Constituição de 1988, que está por trás da sustentação do Estado Democrático de Direito, que garante direitos

Código do documento: 1181788

à população brasileira. É isso que está em jogo e em risco neste momento com a PEC nº 241. Obrigado. (- Palmas.)

O presidente (deputado Rogério Correia) - Obrigado, Frederico, que explicou a PEC nº 241. Ele é o nosso assessor do Dieese.

Com a palavra, o deputado federal Patrus Ananias, que foi advogado trabalhista do sindicato dos professores, vereador, prefeito de Belo Horizonte, ministro da presidenta Dilma e ministro do presidente Lula. Não respeitei a ordem cronológica, mas ele é um grande companheiro, lutador e deputado federal.

O deputado federal Patrus Ananias - Obrigado, deputado Rogério Correia. Companheiras e companheiros, saúdo o nosso companheiro deputado Rogério Correia, a nossa companheira deputada Marília Campos, a nossa querida presidente da CUT, Beatriz, em cujas pessoas saúdo os demais companheiros e companheiras da Mesa e todos os presentes.

Iniciaremos por onde o Brasil deve se posicionar hoje: Fora, Temer. (- Manifestação na plateia.) Antes, gostaria de fazer um comentário. Como o deputado Rogério Correia disse, fui advogado militante, advogado de sindicatos. Com muito orgulho, tenho a minha Carteira de Trabalho aberta até hoje. Sou professor de direito da PUC desde abril de 1979. Sempre que fico sem mandato, vou lá e peço a minha turma de volta, os meus alunos.

Há 45 anos venho refletindo e estudando a questão do direito. Quero compartilhar com vocês, hoje, um sentimento de advogado e de professor de direito, com o qual tenho convivido no
Código do documento: 1181788

Brasil nos últimos tempos, especialmente nos últimos dias, quando foi acolhida aquela denúncia, sem substância, contra o ex-presidente Lula e quando fizeram aquilo com o ex-ministro Guido Mantega. Aprendi que a justiça é uma senhora, uma quase deusa, de olhos vendados e com a balança em equilíbrio, sem posição, julgando todos de maneira imparcial. Descobri hoje que a justiça no Brasil tem os olhos abertos e que a balança pesa para um lado. Eles só querem bem um lado e não pensam em outra coisa que não seja atingir o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores, que é a esquerda brasileira. Então, neste momento é importante que as forças democráticas e as pessoas comprometidas com a justiça se ponham de pé para resistir diante dessa estranha ditadura de setores do Poder Judiciário com o apoio dos setores do Ministério Público e com o apoio armado dos setores da Polícia Federal. (-Palmas.) É isso aí.

Em relação à PEC nº 241, pedi e me empenhei pessoalmente junto à liderança do PT na Câmara dos Deputados, deputado Rogério Correia, deputada Marília Campos, Beatriz, companheiros e companheiras, para eu participar da comissão e coordenar a bancada do PT nela, pois, desde o princípio, percebi o estrago que fará essa PEC, que chamo de PEC do desmonte. A PEC nº 241 é a PEC do desmonte, pois, em primeiro lugar, desmonta a Constituição do Brasil e, com ela, o Estado Democrático de Direito.

Lerei para vocês, muito rapidamente, sem me alongar muito, um artigo da Constituição do Brasil que tem muita coisa interessante e boa, que devemos defender, pois é muito importante.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura
22/9/2016 - 14h30min **Pág. 16**

Lerei o art. 3º da Constituição: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Com todas as suas limitações, a nossa Constituição, a Constituição Cidadã de 5/10/1988 aponta para a construção de um estado de bem-estar no Brasil. A PEC nº 241, do desmonte, é a PEC do estado mínimo. Ela desmonta a Constituição e fere sua cláusula pétrea, que é o inciso IV do §4º do art. 60. Os direitos sociais estão hoje integrados aos direitos individuais e formam os direitos fundamentais. O mais grave é que a PEC desmonta todo o capítulo da Constituição que trata da ordem social, dos arts. 193 ao 232. A PEC fere diretamente a educação e a saúde na medida em que desvincula os recursos obrigatórios para essas duas áreas estratégicas. E ela vai além, pois a saúde está vinculada à seguridade social. A PEC pega fundo na previdência e desmonta a assistência social. É fácil prever, com a PEC nº 241, o fim do programa Bolsa Família e o fim do BPC, que é o Benefício de Prestação Continuada, que garante salário mínimo para as pessoas idosas, com deficiência, pobres e incapacitadas para o trabalho. A PEC desmonta a rede de proteção social, fere fundo os direitos dos pobres, desmonta as políticas de segurança alimentar e nutricional

e desmonta as políticas públicas sociais que implantamos no Brasil, nos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma.

Se a PEC desmonta a Constituição, a rede de proteção social, os direitos dos pobres e as políticas sociais, ela é também um crime de lesa-pátria, pois desmonta o projeto nacional brasileiro, o Estado brasileiro, já que congela por 20 anos os investimentos sociais e também os investimentos relacionados à pesquisa, a ciência e a tecnologia, que são fundamentais para garantirmos a soberania nacional. Nós queremos uma pátria livre, soberana, economicamente forte e socialmente justa, que acolha e promova o seu povo com amor, com respeito e com solidariedade.

Companheiras e companheiros, o que estamos vendo com essa PEC do desmonte é o governo golpista mostrando a sua face. Eles deram o golpe para servir aos interesses do grande capital e a seus históricos serviços do Brasil. A pressa que demonstram para desmontar o Brasil é assustadora. Ao mesmo tempo em que apresentam a PEC, eles falam de reforma da previdência e em retirar direitos da classe trabalhadora brasileira. A nossa resistência deve ser vigorosa. Depois eles vêm dizer: "É uma questão de ajuste fiscal. O Brasil não tem como pagar a sua dívida". Isso é mentira. Sabemos do potencial do Brasil; sabemos em que país habitamos; sabemos que o Brasil é um país continental, rico e com potencialidades extraordinárias. Precisamos investir no povo brasileiro, em nossas crianças, em nossos jovens e nas potencialidades do Brasil. Depois eles vêm dizer: "A carga tributária no Brasil é alta". A carga tributária no Brasil é alta

para a classe média assalariada, que tem o seu desconto na fonte, e para os pobres, que pagam impostos. Até na compra de alimentos incide imposto. Através do imposto regressivo, os ricos, os banqueiros e o capital rentista não paga imposto no Brasil. O nosso desafio é implantar o imposto progressivo, para que aqueles que podem mais paguem mais e deem a sua contribuição para o bem comum do povo brasileiro. (- Palmas.)

É com esse sentimento que estamos aqui. Onde quer que me chamem para enfrentar e denunciar a PEC do desmonte, estarei presente. Ontem mesmo um artigo nosso foi publicado no jornal *O Globo*. Isso estará lá. É bom recuperar. Eles publicaram. Mandamos para a *Folha*. Estamos buscando todos os espaços, gente, todos, pois há um convencimento pessoal meu e dos que estão aqui reunidos de que essa PEC é um crime contra o povo pobre e trabalhador, contra a pátria brasileira. É com esse sentimento que estamos aqui. Vamos ficar de pé. Vamos resistir a essa PEC. Vamos conversar com as pessoas e explicar o que ela representa. Vamos criar uma consciência no Brasil e vamos derrotar a PEC nº 241. (- Palmas.) Vamos prestar esse serviço ao nosso País. Muito obrigado. Muita força em nossa caminhada. (- Palmas.)

O presidente (deputado Rogério Correia) - Fora, Temer!
Fora, Temer! Fora, Temer! (- Manifestação da plateia.) Obrigado, ministro Patrus Ananias - dizemos ministro ainda porque não reconhecemos o governo golpista, e a Dilma ainda é presidenta até 2018, o resto é golpe. Pessoal, antes de passar a palavra ao Leão, que falará pela CNTE, vou anunciar algumas presenças importantes.
Código do documento: 1181788

Agradeço a presença da companheirada do sindicato dos metalúrgicos, que hoje também fez paralisação pela manhã. (- Palmas.) Companheirada do Sindifis; companheiros do Sindieletro, que estiveram conosco na caminhada, fizeram uma passeata bonita a partir da sede da Cemig; companheiros do Sindipetro, petroleiros defendendo a Petrobras, também paralisaram hoje; companheirada do Sindifisco, que aqui estão dizendo que a carga tributária é injusta para os pobres; SindCefet, obrigado pela presença; Serjusmig, companheirada da Justiça, também paralisaram e fizeram uma bela assembleia; companheirada da saúde, Sind-Saúde; sindicato dos Correios, que estava em greve até esses dias. (- Palmas.) Outra companheirada que parou em peso também, o Sind-UTE, professores, obrigado pela presença. (- Palmas.) Fora, Temer! (- Manifestação da plateia.) Vocês ficam gritando "Fora, Temer!", o Aécio fica com ciúme porque ninguém grita "fora, Aécio!". Fora, Aécio! Fora, Aécio! (- Manifestação da plateia.) Aliás, é o mais delatado, o mais chato para cobrar propina e o mais blindado, é amigo do Janot e do Gilmar Mendes. Mas é o mais delatado. (- Manifestação da plateia.)

Companheirada do Sindibel, servidores que também pararam no Município de Belo Horizonte; sindicato dos bancários - os bancários estão em greve, uma salva de palmas. (- Manifestação da plateia.) Companheiros do Sindágua, da Copasa; Federação dos Trabalhadores Municipais - Fetam -; Intersindical, central sindical dos servidores do serviço público; Sindsprev, da previdência, também presente; companheiros da Associação dos

Código do documento: 1181788

Trabalhadores da MGS, obrigado pela presença. (- Palmas), E os jovens, DCE da UFMG; União da Juventude Revolucionária - UJR -; DEC da PUC-Minas; Voz Ativa; professores e alunos da UFMG; DCE da Uemg; companheirada da UNE; Levante Popular da Juventude (- Palmas.) Companheirada do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB -, e companheiros do MST. (- Manifestação da plateia.) Está bonito, não é, Leão? Está bonito. MST, a luta é para valer. (- Manifestação da plateia.) As centrais sindicais, a CUT, a CTB e a Intersindical, agradecemos às centrais sindicais. Então, está muito bonita a nossa audiência pública.

Vou passar a palavra ao companheiro Leão, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE -, para o seu pronunciamento. Obrigado, Leão, seja bem-vindo a nossa terra mais uma vez. (- Palmas.)

O Sr. Roberto Franklin de Leão - Companheiros, para não fugir à regra, primeiramente, fora, Temer! "Segundamente", fora, Temer! E assim infinitamente, fora, Temer! Fora, golpista! (- Manifestação da plateia.)

Enquanto presidente da CNTE, quero lamentar o que ocorreu hoje aqui na praça, com a agressão barata da Polícia Militar - contra pessoas que estavam se manifestando pacificamente -, lançando bombas de gás, spray de pimenta, atacando o direito de livre manifestação dos trabalhadores brasileiros em Minas Gerais, trabalhadores que estavam e ainda estão aqui reivindicando uma pauta, na luta pela manutenção de seus direitos. Portanto, o repúdio da CNTE à atitude da PMMG. (- Palmas.)
Código do documento: 1181788

Quero lembrar-lhes que todo mundo ou a maioria das pessoas acha que a PEC nº 241 diz respeito aos funcionários públicos. Não é verdade, a PEC nº 241 diz respeito a todos os trabalhadores brasileiros, funcionários públicos ou não, porque vai mexer com a vida de todos neste país. Já foi dito aqui que quando existe unanimidade na Mesa num tema como esse, os diversos pontos são abordados por várias pessoas. A PEC nº 241, como foi dito, é a chave que abrirá a porta para a reforma da previdência porque também, como já foi dito, a previdência, do jeito que está, não cabe na PEC nº 241. Então, farão a reforma da previdência, se aprovarem a PEC nº 241, com muito mais facilidade, com muito mais possibilidade.

Precisamos ter clareza no que diz respeito aos inimigos que estamos enfrentando. São perigosos, são determinados, sabem o que querem e têm propostas para aquilo que querem. E mais, eles querem fazer isso rapidamente, sem deixar que respiremos, tentando não dar tempo para nós mobilizarmos. O governo golpista tem menos de seis meses; mas, nesse tempo, já enviou ao Congresso, apresentando de maneira muito clara, uma série de ações que pretende fazer para moldar o País à política neoliberal, que é exatamente o que faz a PEC nº 241. Não é à toa que, neste momento, discute-se a Lei da Mordaca; não é à toa que hoje, às 15 horas, o ministro golpista da Educação está anunciando, por medida provisória, uma reforma do ensino médio.

No nosso ponto de vista, há irresponsabilidade e inconsequência deste governo, mas, do ponto de vista deles, estão

Código do documento: 1181788

fazendo exatamente o que se programaram para fazer. Na verdade, a PEC nº 241 escancara as portas do País para a privatização, para a privatização da saúde, da educação, para as PPPs, para as concessões das escolas, para a presença das organizações sociais na vida da educação, na vida da saúde e na vida de outras áreas onde o Estado deve investir. Isso significa um Estado mínimo e cada vez menor o direito dos trabalhadores, cujos direitos são cada vez mais atacados. Se deixarmos que essa PEC aconteça, vão acabar com a vinculação de verba para a educação. Querem acabar com essa vinculação porque sabem que, ao fazerem isso, estão abrindo caminho para os grandes grupos privados da educação, que hoje ganham muito dinheiro. São os grupos Kroton, Pitágoras e muitos outros que atuam na área da educação, que serão os grandes beneficiados pelas mudanças que estão sendo propostas na Constituição da República. Precisamos ter clareza de que a PEC nº 241 acaba com o Plano Nacional de Educação. Não haverá financiamento para as metas que ali estão colocadas, metas que falam diretamente sobre a valorização dos profissionais da educação: 17, 18 ou 20. Serão metas de que podemos nos esquecer se a PEC nº 241 for aprovada.

Quanto ao piso salarial profissional, que enfrenta uma luta para ser implantado, vejam como ainda se encontra hoje. Também esqueçam os aumentos; isso não haverá pois encontra-se preso ao teto, preso ao crescimento, de acordo com o IPCA do ano anterior. Temos de estar atentos a isso. A PEC nº 241 facilita mais ainda a terceirização, facilita o assalto à carteira

Código do documento: 1181788

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura

22/9/2016 - 14h30min

Pág. 23

profissional dos trabalhadores brasileiros, facilita transformar cada um de nós em pessoa jurídica sem direito algum, numa relação absolutamente desigual entre uma pessoa jurídica e uma multinacional ou conglomerado de empresas. É isso que eles querem fazer do nosso país; é isso o que claramente quer o projeto do Temer Uma Ponte para o Futuro, que foi apresentado à população antes mesmo de ser consumado o golpe.

Companheiros, temos de ficar atentos a tudo isso. Eles não têm interesse em resolver realmente o problema do déficit público. Não têm interesse em fazer uma reforma tributária justa porque aquele cara de São Paulo, infelizmente do meu estado, presidente da Fiesp, que colocou aquele pato amarelo na porta da Fiesp, tem, na sua direção, um dos maiores sonegadores de impostos deste país. Em 2013, o sindicato dos profissionais da Fazenda mostrou que havia um rombo de R\$415.000.000.000,00 na arrecadação de impostos em consequência da sonegação. Quem paga imposto neste país somos nós porque é descontado no nosso holerite - é ali que vem especificado o desconto do Imposto de Renda e tudo o que temos de pagar. Esses caras não pagam imposto e fazem discurso hipócrita, desavergonhado e entreguista - a burguesia brasileira é entreguista, não tem o menor compromisso com este país, nunca teve historicamente e continua não tendo. E nenhum problema há para entregarem as riquezas do nosso país a quem quiser comprá-las a qualquer preço, fora do País. Eles querem vender a Petrobras, sim, e, para isso, há um ministro de Relações Exteriores ligado ao grupo Chevron, o cara que fez a proposta da mudança da Lei de Código do documento: 1181788

Partilha, que é uma das fontes de recursos para financiar a educação, para financiar o Plano Nacional de Educação, para financiar a saúde deste país.

Companheiros, temos uma tarefa importante a fazer. Não podemos dar um minuto de sossego a esse grupo de deputados e senadores que estão no Congresso Nacional. São os deputados e senadores mais conservadores, mas atrasados e mais comprometidos com a entrega do País. Temos de acuar esses deputados e senadores, não podemos deixá-los sair de casa.

Temos de bater panela na porta deles, temos de colocar faixa na rua onde eles moram para que eles vejam que a classe trabalhadora brasileira está mobilizada, que a classe trabalhadora brasileira não está disposta a aceitar o voto na PEC nº 241 e que isso tem consequências.

Eles têm medo, não gostam de povo, por isso eles bloqueiam a entrada do Congresso Nacional quando nós vamos a Brasília. Colocam a polícia para bater em trabalhador, como várias vezes já bateram nos professores e nos trabalhadores da educação. Por isso nossa tarefa é ir à casa deles, é ir à rua onde moram. Nossa tarefa é não deixar eles andarem na rua sem que haja alguém cobrando o compromisso dele, cobrando o voto contra a PEC nº 241. Temos de sair daqui convencidos disso. Não podemos sair daqui achando que essa tarefa é para alguém. Essa tarefa é para cada um dos que estão aqui e para todos, porque é só assim que vamos conseguir mudar a situação do País.

Eles deram um golpe no nosso país, tiraram uma presidenta legitimamente eleita, contra quem não há nenhum tipo de acusação. Estão criando situações de espetáculo, prendendo pessoas nas situações mais difíceis, como fizeram hoje com o ex-ministro Guido Mantega. Cassam o companheiro Lula por este país afora. Querem, de todas as maneiras, inviabilizar o Lula para qualquer tipo de atividade política. Não podemos deixar que isso aconteça porque, ainda que tenhamos tido problemas, que pudéssemos, talvez, avançar mais, não podemos deixar de reconhecer que o governo do presidente Lula foi o melhor governo que este país teve e trabalhou na perspectiva da classe trabalhadora. Foi o governo que trabalhou na perspectiva da organização, que trabalhou na perspectiva de transformar o trabalhador efetivamente num cidadão, em alguém que participa efetivamente da vida do País. Isso não interessa à elite brasileira entreguista. Por isso eles querem ver o Lula fora de qualquer tipo de disputa política; por isso a PEC nº 241, que entrega o nosso país ao império, aos países de fora, vendem as nossas riquezas.

Companheiros, quero concluir dizendo a vocês que não haverá educação pública neste país se a PEC nº 241 for aprovada. Tenham certeza disso. Nós seremos funcionários de organizações sociais, como tentaram fazer no começo do ano em Goiás, onde ofereceram as escolas públicas a organizações sociais. E sabem por que não conseguiram? Porque todos os que se candidataram a gerentes das escolas públicas tinham problema com a Justiça e todos eram donos de grupos empresariais ligados à educação.

Vejam bem qual é o futuro que nos espera se deixarmos que a PEC nº 241 continue. Esse governo tem um conjunto de normas que, se aprovadas, vão mudar o perfil do nosso país. Vamos perder o que nós conseguimos até agora e vamos ver nosso país entregue a mãos de pessoas que querem tudo, menos o desenvolvimento social deste país; que querem tudo, menos ver a classe trabalhadora participando efetivamente da vida política do País. (- Palmas.) Para eles, não somos pessoas que podem fazer política. Política é para eles. Política é para quem quer vender o País. Mas nós sabemos que temos condições de fazer política e não vamos permitir que o País seja entregue, como esse golpista impostor do Temer quer fazer com o País. Vamos lutar, companheiros. Não vamos deixar que acabem com nossa escola pública. Lutamos muito para chegar até aqui e não vamos deixar que haja retrocesso. Fora, Temer! A luta continua. (- Manifestação da plateia.)

O presidente (deputado Rogério Correia) - (- Inaudível.)
Fora, Temer! Fora, Temer! (- Manifestação da plateia.) Aécio canalha! Aécio canalha! (- Manifestação da plateia.) Pessoal, antes de anunciar a próxima oradora convidada, deixa eu fazer mais uns anúncios. Companheirada do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Coronel Fabriciano presente conosco. (- Palmas.) Trabalhadores da Urbel de BH, obrigado pela presença. (- Palmas.) Também a presença importante, que nos unificou na luta contra o *impeachment* e unifica agora na luta contra o golpe e contra a perda de direitos, da Frente Brasil Popular. Uma salva de palmas.

(- Palmas.) Temos duas representações muito importantes de serem
Código do documento: 1181788

citadas, que também estão sofrendo com outra PEC, que não podemos deixar passar. São os índios pataxó e xacriabá, que estão aqui conosco também e participaram da manifestação. (- Palmas.) Outra nossa parceira na luta é a Frente Povo sem Medo, também presente conosco. (- Palmas.)

Serviço de utilidade pública. Uma companheira perdeu uma sacola verde, com roupas. Ela é do interior e ficou mais nas escadarias. Se alguém vir uma sacola verde, com roupas, traga aqui para a frente, o.k.?

Vou passar a palavra à companheira Júlia Louzada de Souza, do Levante Popular da Juventude, para fazer suas considerações sobre a PEC nº 241.

A Sra. Júlia Louzada de Souza - (- Lê:) "Faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar. Vem ver comigo, companheira, vem ver comigo, companheiro, a cor do mundo mudar. Vale a pena não dormir. Vale a pena lutar para ver a cor do mundo mudar. Já é madrugada, vem o sol. Quero alegria, que é para esquecer que um dia eu sofria! Quem sofre fica acordado defendendo um coração. Vamos juntas, vamos juntos, multidão, somos uma multidão, trabalhar pela alegria, porque amanhã é um novo dia. Faz escuro, mas eu canto."

É com essas palavras do Thiago de Mello que eu, Júlia, militante do Levante Popular da Juventude, diretora da UNE, queria começar, dando um boa-tarde a todos vocês, lutadores e lutadoras do povo, que estão aqui desde cedo. Muitos saíram de caravana, ontem fizeram atos nas regionais e estão aqui hoje. A gente já
Código do documento: 1181788

cantou, nessa conjuntura difícil, onde faz escuro, nas ruas de Belo Horizonte, e temos muitos outros companheiros e companheiras cantando o "Fora, Temer!", gritando nossas palavras de ordem pelas ruas de todo o Brasil.

Boa tarde, companheirada. (- Manifestação da plateia.)

Vocês estão cansadas da luta do povo? A luta do povo. Bom demais. Vale a pena lembrar o quanto a gente precisa ser forte daqui para a frente. Não é à toa que nós fomos recebidos aqui na praça pela Polícia Militar, com gás de pimenta. O Leão falou antes de mim que nossos inimigos são perigosos, mas que agora, mais do que nunca, é a hora de nós, povo brasileiro, sermos também perigosos, tomarmos as ruas com nossos poemas, com nossas canções, com nossas pedras e com muito "Fora, Temer!". (- Manifestação da plateia) Fora, Temer!

Essa conjuntura vai exigir de nós muitas formas de luta. A gente fez hoje uma luta de rua muito bonita e estamos agora neste espaço fazendo outras disputas na luta institucional, que também é uma disputa muito importante. Quero parabenizar nossos companheiros e companheiras que fazem essa disputa na Assembleia Legislativa do Estado.

Há uma coisa que acho que vale a pena ser dita. Não é só aquele Plenarinho pequeno que não nos cabe. O sistema político brasileiro não nos cabe. (- Palmas.) E é por isso que a gente vem, desde o ano passado, naquele plebiscito muito bonito que fizemos, pautando a reforma do sistema político brasileiro, uma Constituinte soberana e exclusiva, que faça as reformas

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura
22/9/2016 - 14h30min **Pág. 29**

estruturais para que o povo brasileiro caiba nesse sistema político, que é mais importante que caber em uma sala.

É só porque o povo brasileiro está sub-representado nesses espaços de poder que a gente vê essas leis absurdas tramitando, desde o golpe para cá. A Lei da Mordaza, como foi apelidada a lei da Escola sem Partido, pelos trabalhadores e trabalhadoras de educação, é um símbolo disso. A PEC nº 241, que estamos aqui hoje para debater, para enfrentar e para nos posicionarmos, é uma expressão disso. As reformas trabalhistas que estão por vir - e vamos para a rua de novo defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras - são uma expressão desse sistema político, que já tem muitas fragilidades e que hoje está tomado pelo governo golpista e ilegítimo do Michel Temer e de toda aquela horda de ratos que está no Congresso Nacional.

No entanto, nossa história, a história do povo brasileiro sempre foi uma história de luta. Só que, nesse período, precisamos nos posicionar. A gente sempre soube de que lado esteve. Na colonização, quando a luta de classes era entre os indígenas e os colonizadores, sabíamos o nosso lado. Algum tempo depois, entre o povo escravizado e os senhores de engenho, nós sabíamos o nosso lado. Na ditadura militar, em que os lutadores e as lutadoras do povo estavam nos porões sendo torturados, nós também sabíamos o nosso lado. Agora não é diferente. De novo, o povo brasileiro somos chamados ao nosso dever. E nós sabemos qual é o nosso lado. (- Palmas.)

Estou aqui hoje representando os estudantes e as estudantes. Queria lembrar a frase de um companheiro muito importante para a transformação da estrutura da universidade, que é Florestan Fernandes. Ele já dizia que ou os estudantes e as estudantes se reconhecem no destino de seu povo, com eles, sofrendo a mesma luta, ou eles e elas se distanciam do seu povo e, nesse caso, estarão necessariamente do lado daqueles que exploram o povo.

Nós, estudantes, estamos aqui hoje para falar que sabemos o nosso lado, estaremos junto de todos os setores, dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, mas também de todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui hoje, das diversas categorias. Não vamos sair da rua. Quero dizer de novo: faz escuro, mas cantamos. E cantamos que quem luta, educa e vai educar, construindo na rua a maior greve geral que este país já viu. (- Palmas.) Quem luta educa, conquista, vai construir a maior greve geral que o Brasil já viu e vai derrubar o Temer. Não é mesmo, companheirada? Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! (- Manifestação da plateia.).

O presidente - Obrigado, Júlia. Parabéns à nossa juventude. Deixa eu fazer dois anúncios importantes. A Rede Globo não veio, mas veio a Mídia Ninja. Vamos aplaudir, porque está colocando ao vivo a nossa manifestação. A Globo não põe a manifestação, mas a Mídia Ninja coloca. Está também presente o *Brasil de Fato*, fazendo a cobertura do nosso ato. A TV Assembleia, por enquanto sem censura, está aí com a gente também.
Código do documento: 1181788

Registro também a presença do companheiro deputado federal Reginaldo Lopes, que também votou contra o golpe e, com certeza, vai votar contra a PEC do golpe, a PEC nº 241. Agradeço sua presença. Está presente também o Zito, da direção estadual do PCdoB, e o Peninha, do sindicato dos jornalistas. Depois faremos outra listagem dos companheiros presentes.

Passo a palavra à companheira Cristina Del Papa, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais do Ensino Superior - Sindifes. Por favor, Cristina.

A Sra. Cristina Del Papa - Primeiramente, fora, Temer! (- Manifestação da plateia.) Pessoal, estou aqui hoje representando o meu sindicato, que congrega a base dos técnicos administrativos em educação da UFMG, do Cefet-MG, do IFMG e da UFVJM, que é a Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, mas acredito que posso dizer que estou representando também os professores e os alunos dessas quatro instituições e as demais universidades. Em Minas, somos 11 universidades federais e 5 institutos federais. Nosso sistema federal de ensino está sendo atacado, nossas instituições estão sendo feridas de morte. As nossas instituições já estão com os orçamentos cortados em 40% de investimento e 20% de custeio. Lógico que não podemos deixar de dizer que nos últimos 13 anos houve uma expansão grande do nosso sistema. Há 13 anos, só existiam 100 mil vagas nas universidades e nos institutos, hoje estamos perto de 250 mil vagas, então foi uma expansão muito forte. Tínhamos 45 universidades, hoje são 66.

Havia 15 Cefets, hoje temos 37 Ifets. Nosso ensino federal cresceu

muito, tanto o ensino como a pesquisa e a extensão, mas hoje estamos sofrendo ataques de todos os lados.

Atualmente, nossas universidades federais estão bem nos maiores *rankings* entre as universidades não só do Brasil, mas também internacionalmente. Hoje nossa pesquisa nas universidades e nos institutos também está sendo ferida de morte porque a PEC nº 241 acaba com as pesquisas das universidades. Nossos professores não terão como fazer pesquisa porque a proposta deste governo é a extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia. Isso fere nossas instituições.

Com esse ataque ao nosso sistema federal de ensino, está ocorrendo a precarização da nossa infraestrutura, a precarização da nossa força de trabalho e a precarização da pesquisa, do ensino e da extensão. É na extensão que há 45 hospitais universitários em âmbito nacional. Aqui, para quem não sabe, o Hospital das Clínicas é o hospital universitário da UFMG, que também está sendo atacado. Nosso hospital já teve de fechar leitos, parar com cirurgias e com atendimentos à população por causa dos cortes. E a PEC nº 241 propõe que fiquemos com o orçamento congelado durante 20 anos.

Como eu disse, hoje o nosso ensino federal possui 230 mil vagas. Daqui a 20 anos teremos somente 1/3 porque a proposta é de privatização do ensino federal. Hoje, no Brasil, há uma empresa norte-americana que se chama Kroton. Ela está comprando todas as faculdades particulares que têm hoje mais de um milhão e meio de matrículas pelo Prouni e pelo Fies, fora os que pagam sem esses programas. A iniciativa privada está querendo tomar conta do nosso

Código do documento: 1181788

ensino federal. E estamos aqui hoje para denunciar que a PEC n° 241 vem para aprofundar e diminuir o atendimento das universidades e também o atendimento da educação:

Além do fechamento do Ministério de Ciência e Tecnologia, estamos sob outro ataque, que é o da Globo, do jornal *O Globo* e do STF, que tem feito entrevistas dizendo que o sistema federal de ensino não cabe na Constituição, que ele é muito caro. Não sei se vocês viram, mas a *Veja* fez um artigo contra os professores universitários dizendo que não trabalham e que o salário deles é muito caro para o tamanho do ensino que recebemos. É assim que começa a proposta de privatização. Logo depois, o nosso ministro golpista da educação diz que a proposta deles é trazer as OS e as PPPs para o sistema federal de ensino, o que precariza a nossa força de trabalho.

A PEC n° 241 estabelece que não vai haver mais concurso. Os jovens que estão se formando nas universidades, com a PEC, não poderão fazer concursos para qualquer órgão público. Não haverá mais concurso. Além disso, é lógico, a proposta da PEC n° 241 é de congelamento salarial durante 20 anos. Não podemos deixar que isso aconteça.

Como eu disse, já levando minha fala para o final, nosso ensino federal está sendo atacado e precisamos que todos nos ajudem a defendê-lo. Hoje nossas instituições estão se mobilizando. Aqui contamos com a representação de técnicos, estudantes e docentes, tanto nesta audiência quanto na passeata.

(- Palmas.) A UFMG conseguiu se mobilizar para estar aqui. Vários
Código do documento: 1181788

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura

22/9/2016 - 14h30min

Pág. 34

professores deixaram de dar aula hoje porque acharam que a passeata e esta audiência pública eram mais importantes, pois estamos defendendo o Brasil, a sociedade e o povo. Por isso estamos aqui presentes junto a vocês.

Obrigada pelo espaço, e, seguramente, fora, Temer! (Manifestação da plateia.)

O presidente - Obrigado, Cristina. A próxima inscrita é a companheira Sandra Silvestrini, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça de Primeira Instância. Pois não, Sandra.

A Sra. Sandra Margareth Silvestrini de Souza - Cumprimento a Mesa na pessoa do deputado Rogério Correia, que a preside, e agradeço-lhe as oportunidades que sempre nos deu na Casa; o movimento sindical, na pessoa de quem mais admiro no movimento sindical, que é a companheira corajosa, lutadora, Beatriz Cerqueira, em que, nos muitos momentos em que tendemos a fraquejar, nos espelhamos. (- Palmas.) Cumprimento também os movimentos por meio do Levante Popular, que tem patrocinado nos últimos tempos os momentos de maior emoção a que temos assistido, ao vermos 10 mil pessoas nas ruas, estimuladas e incentivadas como vocês; o Dieese, na pessoa do Fred, que nos tem ajudado a entender essas reformas e esse ajuste fiscal; os trabalhadores presentes na pessoa de dois companheiros do Poder Judiciário mineiro, que estão sendo processados por simplesmente terem compartilhado uma informação sobre o salário do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em fevereiro de 2015. Essa informação estava contida na revista *Época* e, por terem compartilhado essa informação - não

Código do documento: 1181788

a criaram - no perfil deles, no Facebook, que é particular, estão respondendo a processos administrativo e cível. E aí digo o que estamos vendo hoje do Poder Judiciário. A gente aprendeu que, para uma pessoa ser considerada culpada, tem de haver provas. Todos são inocentes até que se prove o contrário. Contra esses trabalhadores não há qualquer prova de que cometeram crime funcional, mas, infelizmente, para alguns membros do Poder, há a convicção de que eles foram desleais à instituição ao compartilharem essa informação. Então cumprimento todos os trabalhadores que fazem a luta e que não deixam colar o cala-boca na pessoa desses dois trabalhadores do Poder Judiciário de Minas Gerais. (- Palmas.)

Gente, não vou ser vítima, tenho apanhado muito, mas bato também. Hoje eu não estava querendo bater nem apanhar porque hoje em dia, quando você fala que foi ou não golpe a chegada do Temer ao cargo de presidente, às vezes você apanha e bate também. O Serjusmig sediou o encontro das centrais sindicais no dia 20 para falar desse movimento unificado. E aí, falei que eu não precisaria nem queria discutir se foi golpe ou não a forma como Temer chegou ao poder. Mas acho que algo nos unifica hoje como classe trabalhadora, por mais que exista qualquer desunião em torno dessa questão do golpe à democracia. O que nos unifica hoje? A certeza, quero crer, de que o que o Temer está promovendo é um golpe contra os nossos direitos, os direitos conquistados pela classe trabalhadora. (- Palmas.) Se o resto não nos unifica, o que está acontecendo agora é um golpe em cima dos direitos dos trabalhadores para encher o bolso de banqueiros e para enriquecer

Código do documento: 1181788

os milionários, os donos do dinheiro. Não temos mais dúvida disso, por quê? Porque há pressa em se fazer a mudança, e há uma fala que diz tudo e que temos de refletir com base dela. Ele tem repetido todo o tempo que não tem preocupação em agradar, que vai impor goela abaixo suas medidas impopulares porque ele tem apenas dois anos e pouco para ficar aí e, se sair, não está preocupado com a popularidade. No entanto, eu, representante sindical, cidadã, trabalhadora, depois que passar os dois anos do governo dele, preciso continuar sustentando a minha casa; alimentando-me; preciso continuar tendo meus filhos na escola; preciso continuar tendo saúde pública à disposição. Se ele não se preocupa com a impopularidade, que se preocupe com a situação em que ele vai deixar o País, pois vai deixar nossas crianças sem escola; as pessoas sem saúde pública; e vai deixar os processos se acumulando no Poder Judiciário por falta de funcionário. Ele não deve estar preocupado com essa impopularidade porque, acredito - e respondo pelo que falo -, alguém está levando nessa mudança, alguém está levando nisso que está acontecendo, e nós, trabalhadores, não somos. Alguém está pagando o pato para alguém levar no bolso. Não podemos mais permitir sem embate que eles retirem esses direitos.

Não vou falar da PEC nº 241 porque o Fred falou e todos os que me antecederam, mas quero chamar atenção para o que estamos esquecendo: o filhotinho dessa PEC, que era o então PLP nº 257, agora é o PLC nº 57. O PLC já congela por dois anos os gastos públicos. No começo, o PLC, filhotinho da PEC, dizia taxativamente o que, durante dois anos, não se poderia conceder ao servidor

Código do documento: 1181788

público: não pode dar reajuste; não pode fazer concurso; não pode isso; não pode aquilo.

Como houve a movimentação da classe trabalhadora, o que aconteceu? Eles mudaram e transferiram algo que está na PEC nº 241, porém 10%, que é dois anos, para o PLC nº 54, que já chegou ao Senado. Esse PLC congela as despesas primárias, como diz a PEC. Então, por dois anos está proibido investimento no serviço público, em quê? Proibido investimento só no trabalhador, nos direitos dos trabalhadores, nas condições de trabalho, porque pagamento de juros da dívida não estão limitados. Então, pessoal, temos de ter atenção no filhotinho da PEC nº 241, o PLC 54, que já está no Senado.

Encerrando minha fala, porque vou ser breve, temos de lembrar também, embora a discussão seja a PEC nº 241, que temos uma reforma da previdência que só pode ser pensada e proposta por alguém que não consegue respeitar nem sua própria mãe. E faz isso no momento em que diz que a mulher tem de ter o mesmo tempo de contribuição do homem porque ela está vivendo mais. As mulheres estão vivendo mais, então elas têm de ser punidas. Estão desconsiderando a dupla jornada de trabalho das mulheres. (- Palmas.) Esse senhor, que não vou discutir se deu ou não golpe na democracia, mas que vou afirmar que está dando um golpe em todos os direitos dos trabalhadores e em toda população brasileira, não respeita nenhum de nós à medida que não respeita sequer a própria mãe.

Com isso, encerro as minhas palavras dizendo fora golpe, fora patrocinador do golpe.

O presidente (deputado Rogério Correia) - Fora Temer, fora Temer, fora Temer. Vamos pessoal. Vocês não estão cansados não? Fora Temer. (- Manifestação da plateia.)

Anuncio mais um movimento, o da Marcha Mundial de Mulheres. Agradeço as companheiras. Por falar em mulheres, passaremos a palavra agora para mais uma companheira, essa nossa guerreira presidenta da CUT, Profa. Beatriz Cerqueira.

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira - Pessoal, boa tarde. O microfone terá de ajudar bastante, porque perdi parte da voz na caminhada. A outra parte perdi com o gás de pimenta. Nem sem porque dizem pimenta, aquele negócio não é pimenta. Pimenta é bom. É outra coisa que eles colocam lá.

Agradeço a oportunidade de podermos fazer, nesse dia 22 de setembro, além da nossa caminhada, além de um dia de paralisação de várias categorias aqui em nosso estado, o que contribuirá para a luta geral rumo à greve geral, o debate da PEC nº 241 aqui na Assembleia Legislativa. Não querem que a gente debata essa PEC. É fundamental esse debate. Agradeço a Comissão de Direitos Humanos que sempre nos acolhe, por intermédio dos deputados Rogério Correia e Marília Campos. Eles estiveram conosco durante toda a caminhada. A eles, recorremos no calor das nossas lutas. Recebam nosso muito obrigadô. Ainda não temos a dimensão do que fizemos hoje em Belo Horizonte. Já tenho tempo significativo

de militância, mas já estamos na fase em que não contamos mais esse tempo de militância.

Não me lembro de nenhuma audiência pública na Assembleia Legislativa com esta participação popular, com esta representação popular, com esta quantidade de gente que está aqui. Lamento o desconforto por vários estarem sentados no chão, até porque aqui tem gente que passou o dia inteiro viajando. Houve muitas tentativas para a Assembleia Legislativa abrir o seu Plenário para que pudesse receber todos nós com o conforto necessário. Tem gente que está em pé aqui há muito tempo. Não tivemos êxito. Não é, Rogério? Não tem problema. O recado está sendo dado. A transmissão da TV Assembleia nos ajuda nesse diálogo com a população que agora nos assiste em todo o Estado de Minas Gerais.

Além disso, as nossas mídias, como Brasil de Fato, que está realizando a cobertura do dia 22 em todo o País, como a Mídia Ninja e os Jornalistas Livres, que também estão conosco, fazem com que não dependamos da mídia tradicional para levar nosso debate à população. A mídia tradicional deveria mentir menos para a população e dizer, de fato, o que significam essas reformas que estamos enfrentando e contra as quais estamos lutando.

Repudio o comportamento do Comando da Polícia Militar no encerramento de nosso ato. É injustificável que a juventude, as mulheres, os negros, os trabalhadores e trabalhadoras sejam, em qualquer hipótese, recebidos com gás de pimenta. Isso demonstra, no mínimo, além da lógica da criminalização das lutas sociais, o despreparo de uma polícia que não está acostumada a encontrar

povo. Quando encontra povo, não sabe como lidar com a situação. Tensiona até chegar ao uso excessivo da força. Faço um alerta. Todos nós podemos ser vítimas desse despreparo. Quantos relatos temos de acidentes, de armas que disparam, de situações que depois tentam justificar. Nesse caso, o jovem negro e pobre já morreu, já foi velado, já foi enterrado, só nos restando a indignação. Precisamos discutir essa polícia. Como formamos essa juventude que entra na PM? É mesmo necessária uma Polícia Militar? Não seria importante fazermos um debate, uma discussão sobre a desmilitarização da polícia em nosso país? A Polícia Militar serve ao regime militar.

Faço um alerta aos policiais militares que nos ouvem, que nos assistem ou que nos assistirão. Vocês estão tão ferrados como nós. Peço desculpas pelo uso dessa palavra, mas ela tem de ser objetiva. A PEC nº241 não atingirá somente professores e enfermeiros, mas todo mundo. Achar que fazendo a luta separadamente, pressionando pelas armas, conseguirão bons salários? Lamento informar que vocês estão no mesmo barco que nós. Passem a pensar criticamente para entenderem o que está acontecendo em nosso país.

Quero dizer as vocês que este golpe tem pressa e que este golpe não é nada se comparado ao que já vivemos no último período. Portanto, lutadores e lutadoras que estão aqui, também precisamos acelerar as nossas reações. Está previsto, para após o primeiro turno das eleições, a votação da PEC que estamos discutindo aqui. Essa votação será na primeira semana de outubro.
Código do documento: 1181788

Esse golpe tem pressa de rapidamente atingir seu objetivo. Quero explicar àqueles que nos assistem pela TV Assembleia o porquê de gritarmos tantas vezes. Mesmo sem voz, continuamos gritando "fora Temer". As pessoas precisam compreender isso, do contrário acharão que é um debate dos vermelhos, dos partidos de esquerda, daqueles poucos militantes comunistas que não têm a ver com o conjunto da sociedade. O Fora Temer acontece porque estamos diante de um golpe de Estado. Antes os golpes vinham pelos tanques, hoje vêm pelo Parlamento, pelo Judiciário e pela mídia. Eles inovaram, eles aprenderam, se modernizaram naquilo que se propuseram a fazer.

O golpe de Estado vem e seu objetivo não é o Lula. O objetivo não foi a Dilma. O objetivo não foi o PT. O objetivo somos nós, classe trabalhadora e a maioria do povo brasileiro. Claro que, para atingirem esse objetivo, tiveram de tirar uma mulher eleita com 54 milhões de votos, que não cometeu crime de responsabilidade. Tiveram de destruir a figura pública do presidente Lula, com sua criminalização e prisão o mais rápido possível. Tiveram de atacar o partido político que representou todo esse projeto. Fizeram isso para atingir o objetivo. Somos nós o objetivo do golpe em curso em nosso país.

Qual o porquê da PEC nº 241, já tão bem trabalhada pela Mesa? Antes eles não tinham acesso à parte do orçamento, pois metade do orçamento vai para a dívida pública. Eles querem a outra metade, porque não estão satisfeitos com o orçamento que têm só para eles. Por isso deram o golpe. Eles querem pegar o dinheiro da saúde e da educação. O golpe foi dado porque o pré-sal é uma

Código do documento: 1181788

riqueza grandiosa, que não pode continuar servindo à soberania do povo. O pré-sal tem de ir para o capital estrangeiro, tem de servir ao compromisso feito pelo Serra de vender nosso petróleo para as multinacionais, para que eles detenham o que é da nossa soberania.

O golpe ocorreu porque a elite brasileira nunca aceitou a CLT. Convivia com ela, sem aceitá-la. Querem acabar com esse negócio de férias, de 13º salário, de benefícios, de uma Justiça do Trabalho que protege o trabalhador. Precisam acabar com os auditores que fiscalizam para que o trabalho seja decente. O golpe é para isso, para que volte o período anterior à CLT. O que está na pauta, neste momento, é o negociado prevalecer sobre o legislado. É o que o jornal *Estado de Minas* fez com seus jornalistas, ou vocês aceitam a redução ou rua. O negociado sobre o legislado, pessoal, é isso. É o patrão impondo sua vontade, sem que a Justiça possa ser procurada para defender o trabalhador. É isso que é o negociado sobre o legislado. Querem tornar a terceirização regra. Para que vou contratá-lo, se posso contratar a empresa, que precariza seu trabalho, de modo que receba menos, sem carreira, com jornadas exaustivas? A terceirização virará regra para o setor público e para o setor privado. Não será demérito só de um setor.

Esses são os objetivos do golpe em curso em nosso país. Temos de acelerar ainda mais a nossa resistência. Querem vender o País. Considerando os objetivos desse golpe, isso ocorrerá antes do Natal. Não será no próximo ano. Por isso, toda vez que nós

Código do documento: 1181788

reunimos, dizemos "fora Temer". Ele representa uma retirada de direitos, como nenhuma geração que está neste ambiente já viveu. É uma retirada de direitos que nos colocará antes de Getúlio Vargas, antes da CLT. Rasgarão a Constituição, rasgarão a CLT. Será imposta uma mordaza à classe trabalhadora para que ela não reaja.

(- Palmas.)

Finalizo, mostrando alguns vídeos de 30 segundos. Eles são rapidinhos, mas muito didáticos. Antes quero, se ainda tiver voz, lembrar o que foi comentado pela Sandra. O PLP nº 257, aprovado no início de agosto, está no Senado. A exemplo da PEC nº 241, ele limita o acréscimo das despesas primárias à inflação anterior. Acabou concurso público. Acabou quinquênio para quem ainda os tem. Acabou política de carreira. Acabou reajuste do piso salarial superior à inflação. Acabou piso de ACEs. Acabou tudo que conquistamos neste último período. É disso que estamos concretamente falando. Enquanto estávamos aqui, reunidos na resistência, o nosso ministro, nosso não, o ministro golpista da educação anunciou a reforma do ensino médio. O Patrus é nosso, o ministro da educação não é nosso. O ministro da educação é do Alexandre Frotá. (- Manifestação da plateia.) Foi anunciada a reforma que acaba com disciplinas. O texto está na *Folha de S. Paulo*. Não é o dirigente sindical que está mentindo para que todo mundo se torne comunista, como eles gostam de dizer. O texto do projeto do Mendonça também flexibiliza a contratação de professores sem concurso para atender à ampliação do ensino técnico. Ele permite ainda a contratação de professores sem

formação específica na disciplina na qual pretendem atuar, desde que tenham notório saber. Sabe quem está fazendo notório saber? O México. Eles estão fazendo uma reforma trabalhista que impoe a desprofissionalização da nossa profissão de professores. Os que resistem, no México, matam. No México, somem com estudantes. Eles matam pessoas que estão nas ruas. É essa a reforma que neste momento vem para a gente.

Convido todos vocês a assistirem aos vídeos, que são muito rápidos. No final, temos algumas tabelas autoexplicativas, feitas por meio de nossa subseção do Dieese. Cumprimento o Fred, nosso economista da subseção da CUT, assim como a equipe do Sind-UTE, que fez esse estudo que apresentarei. Ele mostra o impacto da PEC nº 241 em Minas Gerais. Fizemos esse estudo para que as pessoas compreendam a gravidade da situação. O primeiro vídeo explica, de forma muito didática, o que seria a PEC nº 241 na vida de uma criança.

- Procede-se à exibição de vídeo.

A Sra. Beatriz da Silva Cerqueira - Mais didático, impossível. Vamos usar as tabelas agora? Depois terminaremos com os dois vídeos. Não é esse. Não tire a surpresa do momento final.
(- Risos.)

Essa tabela foi produzida pela nossa subseção do Dieese, do Sind-UTE em Minas Gerais, que é exatamente um comparativo entre o que foi investido na manutenção e desenvolvimento do ensino e o que seria investido, se a PEC nº 241 já estivesse valendo, e qual seria a diferença. Consideramos os últimos 10 anos. Não vou ler

Código do documento: 1181788

ano a ano, mas, se observarem, só em 2007 não houve uma diferença negativa. No final da última década, a diferença de investimentos, em Minas Gerais, seria de menos 18 bilhões. Isso em Minas Gerais. Lembrem-se de que o PSDB já tem uma dívida com a educação, pois deixaram de ser investidos R\$8.000.000.000,00. Estamos falando em bilhões de reais. A diferença de investimento seria de quase R\$19.000.000.000,00 a menos na educação mineira, se a PEC nº 241 estivesse em vigência na última década.

Aqui também está em termos percentuais. Os componentes da Mesa já explicaram muito que a PEC nº 241 acaba com a vinculação constitucional dos 25% de alguns impostos em educação e de 2% na saúde. Fizemos a simulação, considerando os 25%. É claro que, no período do PSDB em Minas, a vinculação também não chegava aos 25%. Mas percebam que, em 2015, teríamos, de investimento, 13,91% e não os 25% obrigatórios na educação, manutenção e desenvolvimento do ensino, se vigorar a regra da PEC nº 241.

A próxima tabela. Esses são os efeitos da PEC. Esse é um estudo do Dieese que foi apresentado na jornada do setor público, nessa semana, que é um efeito da PEC nacional. Ela pegou as despesas que foram realizadas no período de 2002 a 2015. Se fosse a PEC nº 241, em vigor em cada um desses anos, a diferença de investimentos na educação seria menos R\$268.000.000.000,00. A tradução da PEC é isso: menos R\$268.000.000.000,00, no caso da educação.

Este é um estudo produzido pelo Dieese, que demonstra os efeitos da PEC nº 241 na saúde. Então, teríamos aí, no mesmo Código do documento: 1181788

período, de 2002 a 2015, a diferença de R\$239.000.000.000,00. A tradução da PEC nº 241, para a saúde, seria menos R\$239.000.000.000,00.

Quero finalizar lendo um parágrafo de um artigo do Salomão Barros, professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC, porque ele sintetiza o que será o nosso futuro com a PEC nº 241. Ele afirma: "Não é difícil presumir quem ganhará a luta por recursos escassos, em pé de igualdade jurídica, sem a proteção das vinculações constitucionais. Estudantes, professores, profissionais da saúde e doentes perderão feio a briga contra juizes, promotores, deputados e quadros das Forças Armadas, porque, sem a vinculação, o congelamento atingirá todo o Estado brasileiro".

Comecei a falar da Polícia Militar, numa provocação, num alerta, porque precisam se informar mais, pois serão tão atingidos pela PEC quanto toda a classe trabalhadora, como todos nós, em todo o País.

O piso salarial profissional nacional hoje é de R\$2.135,00. Se houvesse a PEC, não haveria política de pisos, mas fizemos uma simulação. Se aplicarmos a regra da PEC, o piso seria de R\$1.300,00, de acordo com os estudos do Dieese, contra o atual valor do piso, que é de R\$2.135,00. Essa é a tradução do que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 241.

Quero finalizar socializando com vocês uma campanha iniciada pelo Sind-UTE Minas Gerais, que tem tudo a ver com o momento que estamos vivendo. Para que essas propostas sejam bem-

Código do documento: 1181788

sucedidas, é importante que não haja reação, que haja o silêncio e a mordação. A companheira Sandra, cuja admiração é recíproca, enfrenta um processo intenso de lutas na representação dos seus servidores, pois tentaram muitas vezes amordaçar a categoria e amordaçá-la pessoalmente, porque ela responde processos pessoalmente, inclusive. A mordação está presente junto ao golpe.

Quero terminar falando das nossas duas campanhas que circulam por Minas Gerais, cujas protagonistas são as professoras da rede pública, da rede estadual. As protagonistas são gente de verdade, de carne e osso. Uma delas está ali, à minha esquerda. Ainda bem que você está desse lado, à esquerda. Ela é a companheira Mirtes, com quem vamos fazer a socialização da campanha. (- Palmas.)

Isso não amordaça a classe trabalhadora. Não sairemos das ruas e, como a melhor resposta a esse governo golpista, além de continuarmos nas ruas, vamos fazer a construção da nossa greve geral. Parando o País é que teremos a chance de modificar esse ataque a direitos. Não contemos com um Congresso corrupto, na sua maioria golpista, que não tem pudor em votar contra a classe trabalhadora. Sigamos firmes. Sigamos fortes. Aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, digo que já temos uma próxima agenda de lutas, que é o dia 5 de outubro, na semana da votação da PEC nº 241. Vai ser o dia de parar de novo o serviço público no nosso país contra a PEC nº 241. Parabéns para todos nós. (- Palmas.) Parabéns à Cristina, à Júlia, à Sandra e ao Renato, que representam parcelas importantes da classe

Código do documento: 1181788.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura
22/9/2016 - 14h30min **Pág. 48**

trabalhadora nessa luta. (- Palmas.) E parabéns para nós por esse dia 22 de setembro, que construímos com muita garra, com muita disposição e com muito compromisso de luta e defesa dos direitos da maioria da população. Valeu. Muito obrigada. E fora, Temer! (- Manifestação nas galerias.)

O presidente (deputado Rogério Correia) - Fora, Temer!
Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer!
Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer!
Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! (- Manifestação nas galerias.)

Pessoal, não terminamos ainda não. Ainda falta um companheiro para falar, que é o Renato Barros. Vamos nos sentar novamente, gente. Ainda tem mais Fora Temer.

Vou anunciar mais algumas presenças enquanto o pessoal se assenta. O MSTR está presente conosco, na luta dos trabalhadores rurais; a Frente Mineira em Defesa do SUS e da Democracia; os jovens do Movimento Reinventar, de Lavras e também presentes, junto com a paralisação da educação, as trabalhadoras da Secretaria Estadual de Educação e das SREs. (- Palmas.)

Hoje não temos quórum, mas na próxima reunião da comissão vamos aprovar e encaminhar para a presidência do Senado, para a Câmara Federal e para todos os líderes partidários um posicionamento contrário à aprovação da PEC nº 241, pelo retrocesso que ela significa. Vamos solicitar que sejam enviadas a eles todas as notas taquigráficas da reunião que tivemos hoje.

Solicito à assessoria que inclua, junto com a moção contrária à Código do documento: 1181788

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa
Ordinária da 18ª Legislatura

22/9/2016 - 14h30min

Pág. 49

PEC nº 241, as notas taquigráficas da reunião que foi aqui realizada. Com a palavra, o companheiro Renato Barros, do Sindicato Saúde, para finalizarmos as manifestações dos componentes da Mesa. Depois faremos os encaminhamentos finais.

O Sr. Renato Almeida de Barros - Obrigado. Agradeço à Comissão de Direitos Humanos por ter marcado esta audiência pública. Inicialmente quero cumprimentar minha companheira Sandra, que está ao meu lado, e todas as mulheres que estão neste Plenário. Quero também cumprimentar, por meio do deputado federal Patrus Ananias, todos os homens que estão neste Plenário.

Coube-me a responsabilidade de falar sobre a saúde. E quando falamos da saúde, estamos falando da vida. Não poderia deixar de ressaltar que a saúde, neste país, nasceu com a democracia. Todos devem se lembrar de que somente as pessoas que tinham a carteira assinada tinham direito à saúde, os demais eram considerados indigentes. Diante dessa luta histórica que tivemos, nós, da saúde, nós, do movimento social, sabemos que a verdadeira reforma que tivemos neste país coube àquela geração daquele momento, após a ditadura militar, que fez um enfrentamento e uma verdadeira reforma de Estado, que implicou o modelo colocado neste país. Desmontamos o sistema que estava colocado e demos acesso à saúde a toda a população.

Estou dizendo isso porque vi, aqui na minha frente, uma juventude com o escrito: Levante Popular da Juventude. (- Palmas.) Em nome dessa juventude que tem uma responsabilidade de fazer a verdadeira reforma de Estado é que estamos aqui, nesta Mesa. E
Código do documento: 1181788

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura

22/9/2016 - 14h30min

Pág. 50

quero cumprimentá-los. Um dia desses, na Praça Sete, vi 10 mil jovens. Aquilo me emocionou porque vamos construir um País junto com essa juventude. (- Palmas.) Quando assistimos a esses parlamentares golpistas, que não foram legitimados pelo povo para mexer na nossa Constituição, para mexer em cláusulas pétreas, isso me indigna, mas coloca uma responsabilidade, não para aqueles que fizeram uma reforma, mas desses que vão construir os avanços que tivemos naquele período.

Diante disso, quando vejo a PEC nº 241, assisto ao desmontar da Constituição Cidadã. Vários direitos foram concedidos à população brasileira, sem a autorização desse povo. Diria só do golpe dado à presidente Dilma, que foi o golpe da democracia. Não podemos permitir mais que isso ocorra. Por isso esse governo do Temer é ilegítimo, não tem legitimidade, e o tempo todo temos de gritar realmente: Fora, Temer! (- Manifestação na plateia.)

Eu queria dizer o seguinte sobre a nossa saúde: se for aprovado, como disse a Sandra, o 257, será o desmonte do sistema público. Vocês acham que perdem só os servidores públicos? Quem perde é a sociedade brasileira, em termos de serviços em áreas sociais, como saúde, previdência, assistência e educação. A educação é coirmã da saúde, por isso já fizemos lutas conjuntas. O governo do PSDB pretendeu tirar, nos anos de 1990, direitos sociais com a reforma do Estado, e nós resistimos. E hoje está colocado este desafio para nós: ou defendemos a nossa Constituição, ou vamos quebrar a democracia neste país. Por isso, quando falamos aqui de saúde, de educação, temos de falar de

Código do documento: 1181788

seguridade social. Não são só os direitos previdenciários que estão sendo retirados, mas aqueles direitos que permitiram aumentar as condições de vida do povo brasileiro, que tinha uma média de vida de 60 anos e hoje está chegando a 75, 80 anos. É isso que eles estão querendo tirar, além dos direitos sociais, e é contra tudo isso que temos de reagir.

Vim a esta paralisação na data de hoje. Nós da saúde nos paralisamos em todo o Estado. Não são todos que estão perdendo direitos trabalhistas, porque uma grande parcela já tem isso assegurado, vai se aposentar com todos os direitos, mas é coisa muito maior do que estava sendo colocado. E outras unidades, além dos hospitais da Fhemig, do Hemominas, da Secretaria de Estado de Saúde e do Risoleta Neves, da Santa Casa, do Sofia Feldman, do Felício Rocho, também pararam. Nós pedimos desculpas à população, mas queremos o apoio dela para defender a democracia e ela própria. Esse é o grande desafio que está colocado para a gente.

(- Palmas.)

Queria encerrar a minha fala dizendo que nós, profissionais da saúde, somos cuidadores da vida, mas muitas vezes temos nos perguntado: quem cuida desses cuidadores? Também estamos aqui em campanha salarial, fazendo discussão com o governo Pimentel, que, apesar do apoio que recebeu de vários movimentos sociais, inclusive o nosso, da saúde, não teve a capacidade de fazer uma verdadeira reforma, porque a estrutura lá colocada do governo anterior, dos últimos 12 anos permanece até a data de

hoje. Assim, não demos conta de fazer uma mudança no modelo

assistencial aqui em Minas Gerais. Empregam-se, quando há, recursos nas áreas, mas não se faz o modelo de atender a atenção básica. É isso que estamos discutindo na nossa campanha salarial. Vamos fazer o enfrentamento com o Fora Temer, mas precisamos estruturar a saúde no Estado de Minas Gerais, e é diante disso que está colocado o desafio.

Eu disse à Beatriz que fizemos uma assembleia na data de hoje, organizativa, na Praça da Estação. Devemos incorporar o dia 5. Vamos discutir isso com a direção e vamos fazer a discussão com os trabalhadores, em uma próxima assembleia. Mas fica o desafio para nós: ou garantimos a Constituição Cidadã e a democracia neste país, ou está fadado ao povo brasileiro e, em especial, a nós mineiros sucumbir diante do grito empresarial que quer engolir os recursos públicos que estão sendo direcionados a eles. É contra isso que temos de reagir.

Quero agradecer por ser a última fala. Estamos falando há um bom período, fazendo também um desabafo e tentando construir algo. Ou saímos unidos neste país, ou saímos unidos em Minas Gerais, porque o grito das montanhas de Minas é que vai fazer a verdadeira reforma do Estado e este país ser ouvido. Muito obrigado. Uma boa luta para nós, companheiros e companheiras. Fora, Temer! (- Manifestação na plateia.)

O presidente (deputado Rogério Correia) - Fora, Temer!
Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! Fora, Temer! (-
Manifestação na plateia.)

Pessoal, a nossa audiência pública hoje é sobre a 241, mas há um companheiro que precisa falar conosco um pouco, o Lindolfo. Há muitos dados importantes do Sindifisco que colocam o quadro da realidade financeira, especialmente no que diz respeito a aposentadoria. Vou passar a palavra ao Lindolfo, o último da Mesa a falar, e depois faremos os encaminhamentos.

Com a palavra, o Lindolfo, do Sindifisco. Serão 5 minutos, não é, Lindolfo?

O Sr. Lindolfo Fernandes de Castro - Boa tarde a todos e a todas. Acho que a questão central que devemos discutir é a seguinte: a política discutida no País vai sempre pelo lado de arrochar despesa, e não de fazer o ajuste pelo lado da receita e pelo lado da justiça tributária. Para vocês terem ideia, o sistema tributário brasileiro é um dos mais injustos do mundo.

Eu queria aqui falar sobre duas questões colocadas pelas Federações das Indústrias de São Paulo e de outros estados que são mentirosas, o tal do "impostômetro". Quem paga tributo neste país é a classe trabalhadora e os consumidores. Cerca de 75% da carga tributária brasileira recai sobre consumo e mão de obra. Consumo é indireto e regressivo. O que vem a ser isso? Indireto é quem paga é o trabalhador, o consumidor na ponta, quando compra os seus produtos; regressivo significa pagam mais os que ganham menos. O pobre paga mais, o pobre é penalizado. Essa é a verdade do nosso sistema tributário, um fator de exclusão social. Quem ganha até dois salários mínimos gasta 54% de sua renda com tributos, 197 dias de trabalho com tributos.

Só para se ter uma ideia, outro ponto que eu gostaria de colocar é o seguinte: somos medalha de prata em sonegação no Brasil. Não estou falando de 500 bilhões. Segundo um grupo internacional, com base em dados do Banco Mundial, a sonegação brasileira só perde para a Rússia, então somos medalha de prata em sonegação. O que vem a ser sonegação? Pessoal, sonegar é roubar, furtar dinheiro público.

Ontem, por acaso, eu vi na Rede Globo - e não vejo Rede Globo - as meninas do Jô falando uma mentira, que sonegar não é crime, que caixa dois não é crime e, por isso, o Ministério Público está mandando. Caixa dois é dinheiro não declarado, é dinheiro que não paga tributo, é dinheiro que sonega, então é crime, de acordo com a Lei nº 8.137, crime contra a ordem tributária. E ninguém é preso neste país por sonegar. Uma mãe de família com um filho faminto e que pega um litro de leite em um supermercado vai presa, e o juiz vai aplicar a questão do princípio da insignificância. Mas os bancos, as federações, os empresários alojados da Fiesp que patrocinaram o golpe com o pato, o pato da sonegação, sonegam bilhões. Quando a gente fala em sonegação, não estamos falando dos camelôs nem do contrabando do Paraguai; estamos falando dos bancos, das grandes empresas, das grandes indústrias. Então essa questão da sonegação, 790 bilhões, daria para fazer uma revolução na saúde, na reforma agrária, na previdência, e por aí fora. E não há política de combate à sonegação neste país.

Outra coisa: benefícios fiscais. A União, de 2008 para cá, abriu mão de 458 bilhões. O que é benefício fiscal? É dar dinheiro para empresário, para engrossar o lucro deles. Isto é que é benefício: pegar dinheiro público e dar de graça, sem nenhum retorno social. Isso resolveria a questão do déficit. Em Minas Gerais perdem-se R\$12.000.000.000,00 por ano com benefícios fiscais, a maioria deles ilegais, e não há governo que acabe com isso. O poder econômico se apoderou do Estado de um jeito que não há governo que acabe com esse trem, que mude isso. Esse governo não mudou, muito pelo contrário, aumentou os benefícios fiscais.

Então, é o seguinte: temos de debater esses absurdos e mostrar que há outra saída para as questões financeiras do País e do Estado, pela linha da receita sonegada, pela linha das receitas exoneradas, entenderam? Essa é a forma de melhorarmos a qualidade de vida da população. Precisamos de reformas, e não de deformas. Reforma é para melhorar. Quando reformamos uma casa, melhoramos. Mas o que eles estão querendo fazer é uma deforma. Precisamos de uma reforma tributária que penalize menos os mais pobres, que penalize os grandes patrimônios, as grandes rendas, e não o consumo e a mão de obra. O nosso sistema tributário é o desejo do capitalismo mundial, porque o empresário não paga tributo e ainda tem benefício fiscal. Então é o melhor dos mundos, é o paraíso fiscal este Brasil nosso.

Outro problema que eu queria colocar para vocês: a Previdência pública, que tem 33 milhões de beneficiários, que indiretamente cuida de 70 milhões de brasileiros, porque cada
Código do documento: 1181788

beneficiário desse em média equivale a dois. Ela consome apenas 21% do orçamento, enquanto a dívida pública, 46%. E o governo quer, com a PEC dos gastos, tirar da Previdência, dos velhinhos, dos aposentados - desculpem-me, o "velhinhos" é uma forma carinhosa -, dos trabalhadores para dar aos banqueiros. O que está por trás dessa reforma da Previdência, numa linguagem bem literal, é tirar dinheiro de pobre e dar a banqueiro, aos ricos; é o Estado de Robin Hood às avessas. Essa é a questão, porque a reforma da Previdência é o mecanismo que melhor distribui renda neste país. E não há necessidade disso. O primeiro tributo mais sonegado no Brasil é o ICMS, que é estadual; o segundo, os tributos da Previdência, entenderam?

Outra coisa: não há déficit na Previdência, pessoal. O governo utiliza esses clichês, essa balela para tirar dinheiro dos trabalhadores. A Previdência está dentro do orçamento da seguridade social. E o orçamento da seguridade social, segundo o art. 195 da Constituição do Brasil, tem suas receitas, como Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro e vários outros, que estão sendo desviadas para pagar os juros da dívida. Quando se faz o orçamento da seguridade social... O Estado, a União não mandam esse orçamento. Há vários estudos acadêmicos sobre isso, em todos os lugares você acha isso.

Em 2015, houve um *superavit* de R\$20.000.000.000,00. Então o que o governo diz que é déficit? Ele pega à conta do benefício da Previdência, pega só as receitas previdenciárias, que é a questão da contribuição dos trabalhadores e da empresa e

Código do documento: 1181788

exclui as outras receitas. Então, antes de irmos para a luta, temos de ir para a busca da informação. Nós, trabalhadores, temos de nos informar porque, se chamarmos outras pessoas, elas vão dizer o contrário. (- Palmas.)

Para finalizar, vou falar do modelo econômico, pessoal. Trabalhador tem de discutir modelo econômico. Inflação por meta, câmbio flutuante, *superavit* primário só ferram trabalhador. Há outro modelo econômico. Essa história de déficit é assunto de banqueiro direitista. A Índia está crescendo 6% com déficit, mas lá os juros baixaram. Então, é só baixarem os juros.

É isso. Muito obrigado, pessoal. (- Palmas.)

O presidente - Muito bem, Lindolfo. Obrigado pelos dados. Fora, Temer! (- Manifestação na plateia.)

Pessoal, vamos para a finalização desta reunião e quero agradecer a todos os convidados e a todas as convidadas da Mesa, que fizeram uma exposição esplêndida para nós do que significa a PEC nº 241, o contexto dela no golpe que vivemos no Brasil e as consequências para os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde, da educação e da área social, bem como para todo o povo brasileiro que depende da educação pública, da saúde pública e da assistência social pública.

Os danos são gravíssimos. Infelizmente o governo Temer quer aprovar essa PEC até dezembro e, para isso, precisa de 2/3 dos deputados e senadores. Mas quem teve 2/3 para dar um golpe pode muito bem ter 2/3 para aprovar outro golpe contra o povo brasileiro, contra a educação e a saúde públicas. É um golpe
Código do documento: 1181788

também contra a juventude, que não poderá mais ter o acesso que hoje tem desde a creche até a universidade, incluindo as nossas crianças.

Portanto, se não nos mobilizarmos, o golpe vai atingir seu objetivo ainda este ano, que é a aprovação da PEC nº 241, nas palavras do tótemoso. Segundo ele, essa é a PEC mais importante a ser aprovada agora e a maior das maldades, porque tira a resistência do nosso povo para depois aplicar a aposentadoria, a venda da Petrobras, e daí por diante. Assim teríamos menos forças para resistir. É claro que, no interior disso, tem o uso indevido da Polícia Federal, a covardia do Supremo, o Ministério Público dominado a serviço deles e do golpe e um Parlamento conservador, todos para executarem esse planejamento das elites e das classes dominantes do Brasil e do mundo porque isso não acontece somente aqui. O golpe não foi feito apenas para retirar a Dilma, para prender o Lula, para desmoralizar o nosso povo, houve um planejamento. Foi feito também para retirar os direitos que conseguimos e repassar isso ao capital financeiro internacional.

As classes trabalhadoras começam a entender de maneira mais consciente o que é o golpe. A juventude já está sentindo isso na pele. Digo isso para vocês com experiência própria. Em 1979, 1980 conseguimos unir a força da juventude à reação dos trabalhadores e trabalhadoras contra a ditadura e se iniciou, naquela época, o fim do regime militar. Hoje estamos perto de conseguir unir os jovens, os trabalhadores e as trabalhadoras contra o golpe em curso e a favor dos nossos direitos. Hoje
Código do documento: 1181788

existem a Frente Brasil Popular, a Frente Povo sem Medo, organizações sindicais, partidos políticos, deputados e deputadas que não existiam naquela época, prefeitos e prefeitas. Hoje temos muito mais condições de reação ao golpe planejado, mas temos que ter fundamentalmente vontade e consciência política.

Este dia 22 foi fundamental para isso, Bia. Então quero aqui novamente parabenizar, na sua pessoa, todos esses lutadores e lutadoras e as nossas organizações sociais. Que esse dia 22 sirva de exemplo para todo o Brasil, para que a gente dê um basta na 241 e no golpe que fere a democracia. Um grande abraço a todos, muito obrigado e fora, Temer! (- Palmas.)

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece o comparecimento dos parlamentares e dos convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos com as nossas palavras de ordem: fora, Temer!



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 1795/2016/SGM/P

Brasília, 06 de dezembro de 2016.

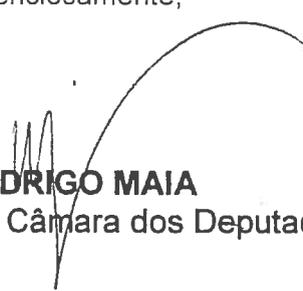
A Sua Excelência o Senhor
Deputado ADALCLEVER LOPES
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho
30190-921 Belo Horizonte/MG

Assunto: **Ofício n. 2.248/2016/SGM. Encaminhamento de cópia das notas taquigráficas da 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e do Requerimento n. 5.706/2016. Manifestação contrária à Proposta de Emenda à Constituição n. 241/2016.**

Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que determinei o encaminhamento do expediente em epígrafe à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, bem como sua publicação, em extrato, no *Diário da Câmara dos Deputados*, para conhecimento dos demais membros desta Casa.

Atenciosamente,


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 72427 - 2